

COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS

Ação Civil Pública – autos n. 5021090-81.2020.8.24.0018

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00005221-8

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Eduardo Sens dos Santos, titular da 9ª Promotoria de Justiça de Chapecó, e de outro lado **ANTÔNIO FIGUEIRA DE MELLO**, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG n. 563.660, inscrito no CPF n. 148.436.689-15, residente na Avenida Coronel Licínio de Córdova, n. 723, Bairro São Cristóvão, Chapecó, (49) 99922-3255, (49) 3322-4106, doravante denominado *compromissário*,

CONSIDERANDO que o artigo 90, inciso XII, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar Estadual n. 738/2019), estabelece como função institucional do Ministério Público a promoção das ações para defesa do meio ambiente, facultando-lhe a instauração de medidas administrativas que se fizerem necessárias, conforme artigo 91, inciso I, da mesma Lei;

CONSIDERANDO que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", consoante dita o artigo 225, *caput*, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que as florestas e demais formas de vegetação "são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade, com as limitações que a legislação em

geral e especialmente esta Lei estabelecem" (art. 1º, caput, Código Florestal), e que "as ações ou omissões contrárias às disposições legais são consideradas uso nocivo da propriedade" (art. 1º, parágrafo único, Código Florestal);

CONSIDERANDO que o artigo 14, § 1º, da Lei nº 6.938/1981, revelando a natureza propter rem da obrigação de reparar o dano ambiental, dispõe que: "sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade";

CONSIDERANDO que a legislação apenas autoriza intervenção em área de preservação permanente em casos excepcionais de utilidade pública, interesse social ou atividades de baixo impacto ambiental (artigo 8º da Lei n. 12.651/12);

CONSIDERANDO que nos autos da Ação Civil Pública n. 5021090-81.2020.8.24.0018 objetiva-se obter a compensação ambiental por danos ambientais causados pelo compromissário, mediante intervenção em área de preservação permanente no imóvel localizado no prolongamento da Rua Padre Nelson Ângelo Rech, nas proximidades do Loteamento Bruno Germano I, Bairro Esplanada, Chapecó, matrícula imobiliária n. 90.185;

CONSIDERANDO que na hipótese em análise o Instituto do Meio Ambiente recomendou a recuperação da área degradada mediante compensação ambiental;

RESOLVEM celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, com a permissão do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985, mediante os seguintes termos:

DO OBJETO

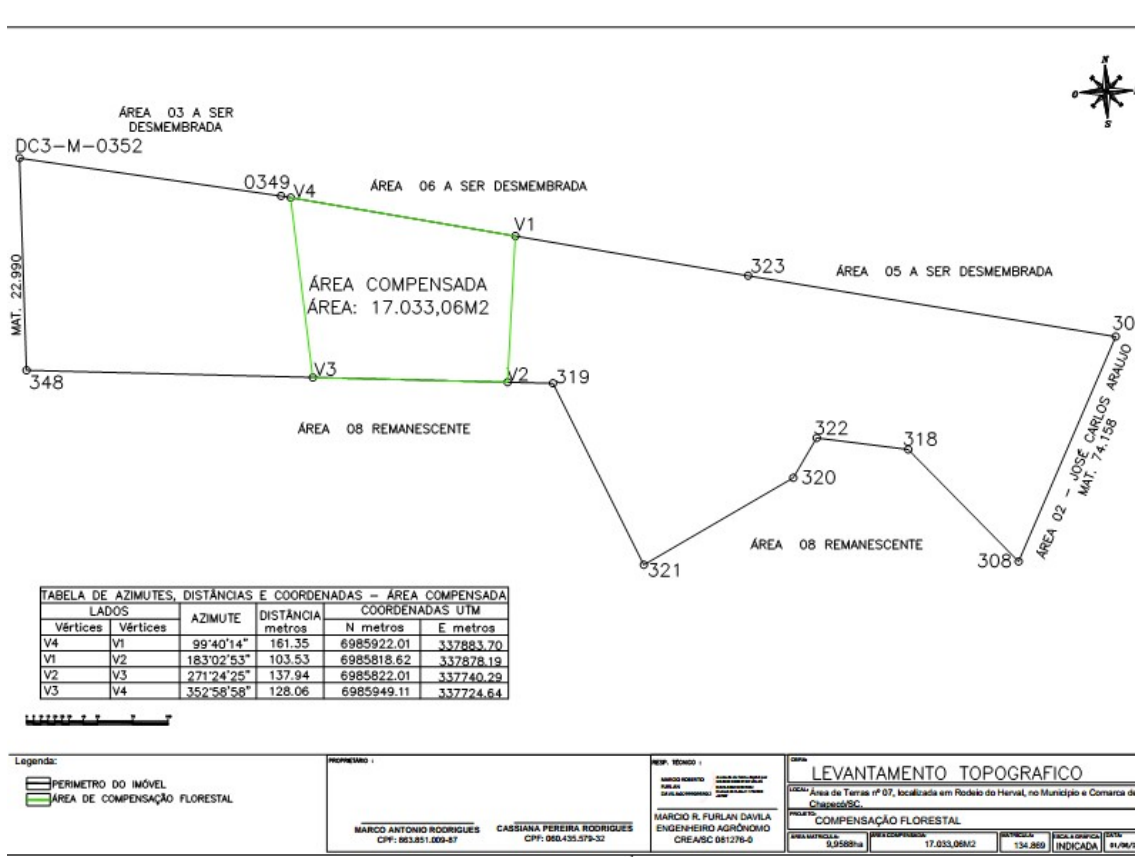
Cláusula 1ª. O presente compromisso de ajustamento de conduta tem por finalidade a compensação ambiental por danos ambientais

causados pelo compromissário, mediante intervenção em área de preservação permanente no imóvel localizado no prolongamento da Rua Padre Nelson Ângelo Rech, nas proximidades do Loteamento Bruno Germano I, Bairro Esplanada, Chapecó, matrícula imobiliária n. 90.185;

DAS OBRIGAÇÕES DOS COMPROMISSÁRIOS

Cláusula 2ª. O compromissário, no prazo de 60 dias, compensará os danos ambientais causados no imóvel situado no prolongamento da Rua Padre Nelson Ângelo Rech, nas proximidades do Loteamento Bruno Germano I, Bairro Esplanada, Chapecó, matrícula imobiliária n. 90.185;

Parágrafo primeiro. A compensação deverá ser feita mediante a instituição de servidão florestal na área abaixo delimitada, objeto da matrícula nº 134.869:



Parágrafo segundo. O compromissário apresentará ao Ministério Público certidão de inteiro teor da matrícula do imóvel em que será instituída a servidão florestal;

Cláusula 3ª. O compromissário pagará, a título de indenização, R\$ 20.000,00, metade em favor do Fundo de Reconstituição de Bens Lesados (boleto será enviado pelo Ministério Público) e metade ao Fundo Municipal de Reconstituição de Bens Lesados¹, no prazo de 30 dias.

Parágrafo único. O compromissário comprovará o pagamento ao Ministério Público, mediante apresentação de comprovante de depósito;

DO DESCUMPRIMENTO

Cláusula 5ª - Em caso de descumprimento de qualquer das obrigações assumidas no presente termo, o compromissário ficará sujeito a multa diária de R\$ 200,00, ou multa de R\$ 100.000,00 por ocorrência, a critério do Ministério Público, solidariamente;

Parágrafo primeiro - As multas eventualmente aplicadas reverterão em favor do Fundo Estadual de Reconstituição dos Bens Lesados;

Parágrafo segundo - O pagamento de eventual multa não exime o compromissário do cumprimento das obrigações contraídas;

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 6ª - O Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de natureza civil, contra o compromissário, desde que cumpridos os itens ajustados, no prazo estabelecido;

¹ CNPJ 83.021.808/0001-82, Banco do Brasil, Agência: 321-2, C/C 87.880-4. Ao efetuar o depósito, deverá ser informado o CPF do depositante.

Parágrafo único. O Ministério Público, com a homologação, requererá o levantamento do embargo da matrícula 90.185 do Registro de Imóveis em relação ao compromissário.

Cláusula 7ª - O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam o compromisso de ajustamento de conduta em duas vias, com igual eficácia de título executivo extrajudicial.

Chapecó, 13 de agosto de 2021

Eduardo Sens dos Santos
Promotor de Justiça

Antônio Figueira de Mello
Compromissário

Guilherme Bamberg Zagonel
OAB 39503